

**IMPEDIR INFLEXIVELMENTE OS DESCOBRIMENTOS  
NO GOVERNO DE MORGADO DE MATEUS  
ANÁLISE DO DISCURSO  
DE UM OFÍCIO AO CONDE DE OEIRAS**

Renata Ferreira Munhoz (USP)  
[renatamunhoz@usp.br](mailto:renatamunhoz@usp.br)

**RESUMO**

Este trabalho baseia-se na tese por ora em andamento, provisoriamente intitulada “A avaliatividade no discurso de correspondências oficiais do governo do Morgado de Mateus”. Trata-se da análise de um ofício enviado pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, ao secretário do reino, o Conde de Oeiras (posteriormente, o Marquês de Pombal), apresentando sua posição de obediência e, ao mesmo tempo, de questionamento, diante das ordens para que não mais apoiasse o descobrimento de minas de ouro no perímetro de seu governo. Embora o ofício, datado de 17 de setembro de 1765 na vila de Santos, tenha exercido caráter administrativo oficial em seu período de produção, pode ser analisado como um testemunho do discurso vigente no período setecentista, responsável por garantir um fragmento da comunicação entre o Brasil colonial e sua metrópole portuguesa. Para tanto, será empregada a função substantiva da filologia como ponto de partida, ao se apresentar a transcrição semidiplomática dos fôlios desse manuscrito catalogado pelo Projeto Resgate e ainda não publicado. Com base nas demais funções filológicas, a adjetiva e a transcendente, observa-se a necessidade de subserviência inerente à ideologia monárquica do período. A análise do discurso veiculado no *corpus* será embasada na teoria do sistema de avaliatividade, desenvolvida por Martin e White (2005), a fim de se conceberem as esferas gerais da atitude, do engajamento e da gradação e, desse modo, reconhecer elementos que permitam uma melhor compreensão da ideologia que nos fundamentou socialmente. Pretende-se, portanto, apresentar a análise de um testemunho que exemplifique a intersubjetividade responsável por legitimar o poder e a hegemonia no governo monárquico no período e, sobretudo, observar em que medida a avaliatividade da linguagem permeou, a exemplo desse manuscrito, as correspondências administrativas oficiais setecentistas.

**Palavras-chave:** Filologia. Análise do discurso. Morgado de Mateus. Avaliatividade.

## **1. Introdução**

Emprega-se a filologia em sua função substantiva, segundo Spina (1977, p. 77), com a transcrição semidiplomática dos textos, associada às funções adjetiva e transcendente, pelo estudo de dados específicos, e de aspectos sociais referenciados no *corpus*. Como ponto de união das três funções da filologia descritas por Spina (1977, p. 77), encontram-se o ofício manuscrito, fidedignamente editado com base em normas de trans-

crição estabelecidas<sup>48</sup>. Como não se podem desenvolver pesquisas na área da filologia sem o respaldo da documentação de épocas passadas, emprega-se o *corpus* (ofício), enquanto fragmento das demais correspondências similares, como fonte de discurso capaz de ampliar o conhecimento de aspectos linguísticos e sociais do século XVIII.

A fim de se analisar do conteúdo presente na forma textual fidedignamente garantida pela filologia, buscou-se o embasamento de estudos que abrangessem a verificação de como se constrói o conhecimento no discurso por meio de representações da realidade coeva, considerando variantes como o contexto, a construção de identidades e as relações de poder.

Tendo em vista a demanda de se vislumbrarem questões sociais vinculadas aos textos, a análise crítica do discurso foi elencada para apoiar as observações do *corpus*. Assim, distante da pretensão de ser um trabalho de análise crítica do discurso, serão empregados seus pressupostos teóricos e metodológicos, sobretudo com base nas obras dessa linha de pesquisa: Dijk (2012a e 2012b), Gonçalves Segundo (2011) e Martin & White (2005).

Muito embora a análise crítica do discurso venha servindo de encaminhamento a trabalhos que analisam textos contemporâneos, sobretudo aqueles veiculados pela mídia atual, pretende-se estender os princípios de análise de discursos contemporâneos aos do século XVIII, a fim de verificar se conceitos como ideologia, hegemonia e dominância pelo poder encontram-se também registrados nos discursos da documentação setecentista estudada.

## **2. O ofício**

Em um governo ocorre a troca de correspondências ascendentes, descendentes e horizontais, das quais aqui se apresenta um exemplar. Trata-se de um ofício ascendente, redigido pelo próprio punho do governador de capitão-general de São Paulo, Morgado de Mateus, ao Conde de Oeiras, seu superior.

---

<sup>48</sup> As normas de transcrição empregadas são as "Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos", propostas durante o 2º. Seminário "Para a História do Português do Brasil", realizado em Campos do Jordão, em maio de 1998, disponíveis em Cambráia et al (2001, p. 13).

Os ofícios são documentos não diplomáticos, informativos, por meio dos quais se mantém o intercâmbio de informações de forma padronizada e em caráter oficial entre subalternos e autoridades e entre órgãos públicos e particulares.

Datado de 17 de setembro de 1765 e redigido na vila de Santos pelo governador e capitão general da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao secretário do reino, o Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, informa acerca da dúvida resultante de ordens que o dito governador julga contrárias à sua pessoa e ao vice-rei, o Conde da Cunha, Dom Antônio Álvares da Cunha, por carta de 26 de janeiro de 1765, sobre a permissão de descobrimento de minas no sítio onde estão a serra de Apucarana e o rio Tibaji.

### **3. Contexto do ofício**

Uma vez que os manuscritos podem ser comparados a “tecidos”, em que se entrelaçam fatores como “as condições de sua instauração, o contexto social no qual se instaura e, em particular, a estrutura do grupo no qual se realiza.” (BOURDIEU, 1983, p. 163), vale apontar questões referentes ao período histórico em que o ofício foi redigido. Trata-se do início do governo do Morgado de Mateus, em que viveu um ano (1765) na Vila de Santos no intuito de administrar as finanças da região, haja vista que o cofre mantinha-se nessa região litorânea.

Tendo em vista que os cargos políticos eram definidos pelo critério de confiança do rei, vale ressaltar o histórico pessoal de conquistas militares que concedeu o cargo ao Morgado de Mateus. Como forma de manter-se nesse cargo, nota-se a constante necessidade de demonstrações de vassalagem e do cumprimento de seus planos de governo, baseados em descobrimentos e em novas fundações.

Considerando-se o breve relato cenário histórico, pode-se conceber com mais facilidade a asserção de que “os contextos são ao mesmo tempo pessoais e sociais – como é também o caso dos discursos que eles controlam.” (DIJK, 2012a, p. 36) Nesse viés, os contextos seriam construtos subjetivos dos autores, representando experiências únicas por serem “modelos mentais” que representam situações comunicativas a partir das situações e entornos das vidas diárias de seus autores. Assim, o contexto não seria externo ao discurso, mas faria parte dele, organizando-o

de forma esquemática e dinâmica, com atualizações em relação a variantes como tempo, lugar, participantes (papéis), ação, propósito e conhecimento.

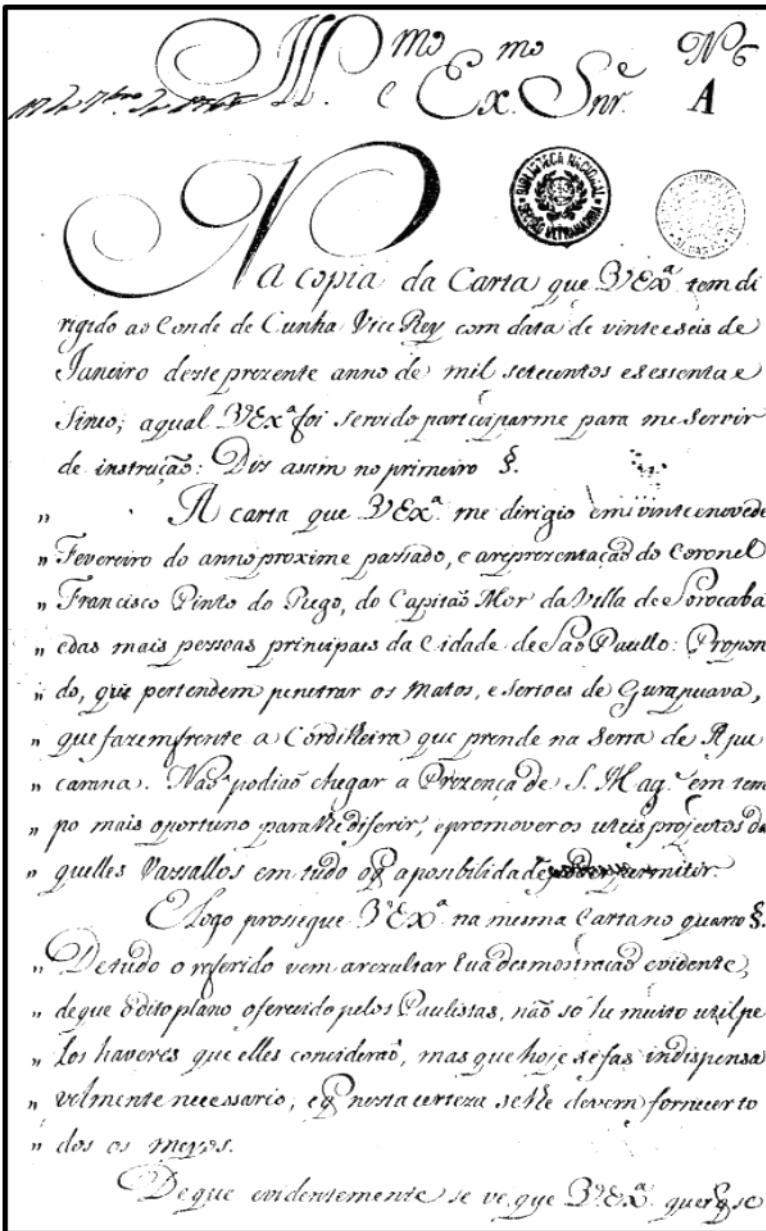
#### **4. Transcrição semidiplomática**

Para que a cultura e a língua presentes nos documentos manuscritos possam ser preservadas, empregam-se os conhecimentos filológicos em busca da transcrição, que “é uma maneira de resguardar a memória de uma sociedade através da restituição, conservação e fixação dos textos escritos ao longo do tempo” (CAMBRAIA, 2005, p. 19). Isso porque a documentação manuscrita referente à administração pública do Brasil colônia pode apresentar dificuldades de leitura aos leitores atuais, haja vista os diversos aspectos de difícil compreensão da grafia do período.

Como “os textos escritos utilizados como *corpus* para o conhecimento da língua só poderão ser adotados como fonte de dados se espelharem o emprego efetivo da língua, ainda que apenas na sua modalidade escrita” (CAMBRAIA, 2005, p. 20), visa-se a facilitar a leitura do manuscrito neste trabalho estudado como *corpus*. Para tanto, emprega-se a edição diplomático-interpretativa ou semidiplomática, que facilita a leitura por contar com as características da edição diplomática<sup>49</sup> em acréscimo ao desdobramento das abreviaturas, sem notas elucidativas por motivo de economia. A transcrição segue abaixo da versão fac-similar da respectiva página, de forma justalinear, seguindo a ordem das linhas do fac-símile manuscrito. Por economia de espaço, a transcrição foi feita em fonte de tamanho reduzido.

---

<sup>49</sup> A edição diplomática consiste na “reprodução tipográfica do original manuscrito como se fosse completa e perfeita cópia do mesmo na grafia, nas abreviações, nas ligaduras, em todos os seus sinais e lacunas, inclusive nos erros e nas passagens estropiadas”. (MARCOTULIO, 2008, p. 107)



## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Número seis A

Na copia da Carta que Vossa Excelência tem di  
rigido ao Conde de Cunha ViceRey com data de vinteeseis de  
Janeiro deste prezente anno de mil setecentos esessentae  
Sinco; aqual Vossa Excelência foi servido participarme para meServir  
de instrução: Dis assim no primeiro *parágrafo*.

„ A carta que Vossa Excelência me dirigio em vinteenove  
„ Fevereiro do annoproxime passado, e arepresentação do Coronel  
„ Francisco Pinto do Rego, do Capitão Mor daVilla de Sorocaba  
„ edas mais pessoas principaes da Cidade de Saõ Paulo: Propon  
„ do, que pertendem penetrar os Matos, eSertoes de Guarapuava,  
„ que fazemfrente a Cordilheira que prende na Serra de Apu  
„ carana. Naõ podiaõ chegar a Prezença de Sua Magestade em tem  
„ po mais oportuno parallediferir, epromover os uteis projectos da  
„ quelles Vassallos emtudo oque apossibilidade[~~puder~~] permitir.  
ELogo prossegue Vossa Excelência na mesma Cartano quarto *parágrafo*.  
„ Detudo o referido vem arezultar huademonstração evitente,  
„ deque o dito plano oferecido pelos Paulistas, naõ só he muito utilpe  
„ los haveres que elles concideraõ, mas quehojese fajas indispensa  
„ velmentenecessario, e que nesta certeza selhe devem fornecer to  
„ dos os meynos.  
De que evidentemente se ve, que Vossa Excelência quer que se

seficação estes descobrimentos.

Porém esta Ordem, no meu sentir se encontra com  
aquella particular que V. Ex.º me deu; por quanto no papel  
de perguntas com q' consultei a V. Ex.º na pergunta 18. delle  
Perguntou. — Respondiome V. Ex.º por letras suas

Se devia procurar des-  
cobrimentos de Minas?

De nenhuma sorte; antes  
impedir inflexivelmente estes desco-  
brimentos.

E como pela palavra inflexivelmente me fez V. Ex.º  
saber exuberantemente o quanto me devo opôr aos ditos desco-  
brimentos, me pareceu conveniente, ainda que com perda de tem-  
po, consultar a V. Ex.º de novo sobre esta materia. E para  
q' V. Ex.º me possa decidir de toda esta duvida informado de  
toda a q'zencia, me pareceu conveniente juntar a esta omnia  
pia, conforme opude fazer, para V. Ex.º vir no conhecimento do  
littio em q' fica a Serra de Apucarana, e as ribeiras do Rio Taba-  
quy, de donde se conuiderão as ditas Minas, como tambem a par-  
te a que fuaõ Alinoens, e a Coritiva. Sobre o que V. Ex.º me  
determinara o mais conveniente ao Serviço de Sua Magestade  
que D. G.º para eu se por em execução. Tambem he preciso  
informar a V. Ex.º que o Sobredito Cerião de Tybragy que

[[se]]facaõ estes descobrimentos.

Porem estaOrdem, no meu Sintir se encontram

outrparticular que *Vossa Excelência* medeo; porquanto nopapel de perguntas com *que* consultei a*VossaExcelência* napergunta 18. delle

Perguntei – Respondeome *VossaExcelência* porletrasua

Se devia procurar des De nenhuaSorte; antes

cobrimentos de Minas?. |impedir *inflexivel*mente estes desco

|brimentos.

E como pela palavra *inflexivelmente* me fas *VossaExcelência*

saber exuberantemente o quantomedeve opôr aos ditos desco-

brimentos, mepareceoconveniente, aindaquecomperdadetem-

po; consultara *VossaExcelência* de novosobre estamateria. E para

*que* *Vossa Excelência* mepossadecidir detoda esta duvida informado de

toda a questaõ, mepareceoconveniente juntar a esta oMa

pa, conforme opudefazer, para *VossaExcelência* vir noConhecimento do

Sitio em*que* fica a SerradeApucarana, e as ribeiras do Rio Taba

gy, *que* hedonde se concideraõ as ditas Minas, como tambem apar-

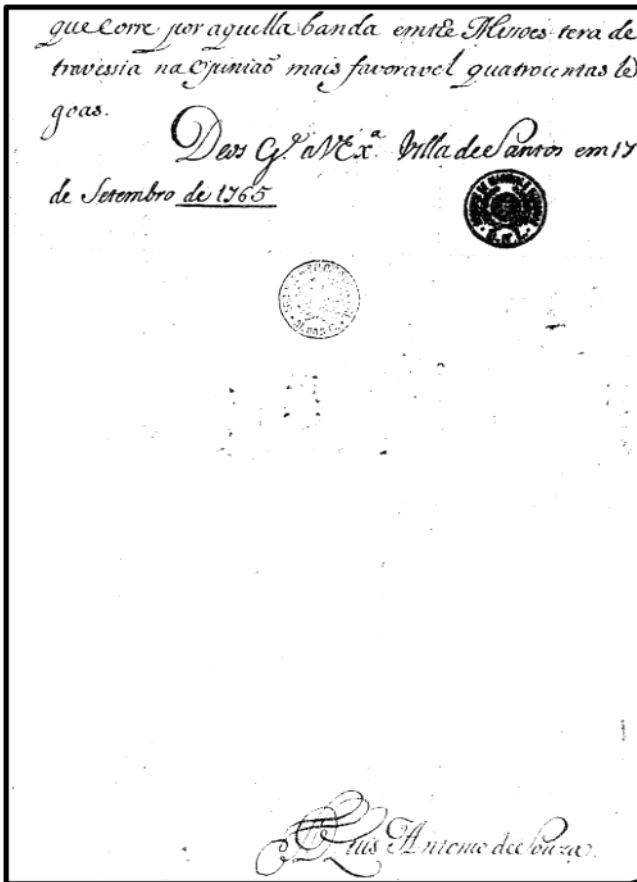
te aque ficaõ Missoens, eaCoritiva. sobre o *que* *VossaExcelência* me

determinarao mais conveniente aoServico deSua Magestade

*que* *Deos Guarde* para eu opor em execucaõ. Tambem heprecizo

informar a *VossaExcelência* que o Sobredito Certaõ de Tybagy que





[[que]]corre por aquella banda emtre Missoes tera de  
travessia na Opiniaõ mais favoravel quatrocentas le  
goas.

Deos Guarde a Vossa Excelência Villa de Santos em 17  
de Setembro de 1765

Dom Luis Antonio de Souza

## 5. Análise do ofício

Nas correspondências oficiais enviadas do reino à capitania de São Paulo foram veiculados discursos que visavam diretamente ao gerenciamento das mais diversas questões políticas e, indiretamente, à manutenção do poder da metrópole sobre os bens e habitantes da colônia. O ofício em análise reflete a riqueza de estratégias políticas, econômicas, sociais e culturais empregadas pelo Morgado de Mateus em seu governo, em resposta às demandas da metrópole portuguesa, articulando as esferas do público e do privado em sua construção discursiva. Objetiva desenvolver sua governança de modo a atender as expectativas locais e do reino, ao mesmo tempo em que calca seu discurso na manutenção de seu *ethos* perante seus superiores, sobretudo em relação ao Conde de Oeiras, detentor influência política superior ao próprio rei. Para tanto, o contexto discursivo serve-se da intertextualidade, mencionando correspondências recebidas anteriormente, que contavam com posicionamentos divergentes sobre a autorização de novos descobrimentos. Uma vez que “o discurso burocrático pode consistir em amplas *trajetórias de textos*” (DIJK, 2012b, p. 38), verifica-se que essa “trajetória” é essencial à constituição do discurso do ofício.

A importância desse ofício, como exemplar de toda a correspondência escrita que circulava entre o reino e o Brasil colonial, deve-se ao fato de ser a forma por que “chegavam [ao Morgado de Mateus] a legislação e as disposições da Coroa;” (BELLOTTO, 2007 b, p. 14) e, em contrapartida, conduzia à metrópole a descrição das experiências vividas nas suas distantes colônias d’além mar.

Embora tais correspondências manuscritas fossem as representações exclusivas da comunicação administrativa ultramarina<sup>50</sup>, o rigor e a formalidade da linguagem de natureza jurídico-administrativa com que eram redigidas permitiam transparecer a subjetividade, representada em especial pelas marcas de avaliação. Isso porque, de acordo com Mosca (1991, p. 70), o intento de neutralidade (objetividade) pode se permear da opinião e do posicionamento (subjetividade, ou mais precisamente, intersubjetividade), o que faz com que o discurso do ofício transite entre as esferas do espaço público e o privado, o social e o individual. A subjetividade encontrada no ofício pode ser definida, de Benveniste (2005, p.

---

<sup>50</sup> Os impressos representavam parcela reduzida da comunicação, empregados em geral para a transmissão de tratados e atos de relevância e abrangência superiores.

285), como a decisão de o autor definir-se como sujeito, estabelecendo seu *status* linguístico.

Reconhecendo-se a existência do aspecto subjetivo no ofício, emprega-se a teoria de Martin & White (2005) (*The appraisal system*), em que são englobados conceitos de atitude, engajamento e gradação, a fim de para melhor observar tais indícios. Esse sistema de avaliação originou-se da metafunção interpessoal, concebida pela *gramática funcional* de Halliday (2004). Tal sistema analisa elementos que representem no texto valores estabelecidos, tais como gostos, emoções e avaliações normativas. Como valorar diz respeito à *modalidade epistêmica*, ao exprimir a atitude do autor em relação à verdade ou à falsidade do conteúdo proposicional, além da evidencialidade e da *intensificação*, a valoração pela linguagem cumpre três funções principais, dentre as quais se elencaram algumas ocorrências no ofício, apresentadas por meio de tabelas:

**Atitude:** trata dos sentimentos e julgamentos que o autor faz em relação ao que o cerca. Visa a demonstrar o posicionamento atitudinal do autor por meio do elogio e da censura.

<i>Atitude</i>					
Afeto		Julgamento		Apreciação	
Positivo	Negativo	Estima Social	Sanção Social	Positiva	Negativa
		edas mais pessoas <u>principaes</u>	<u>oportuno</u>	he muito <u>útil</u>	
		huademonstracão <u>evidente</u>	promover os <u>uteis</u> projectos		
			<u>conveniente</u> ao Serviço de Sua Magestade		

**Gradação:** intensifica ou mitiga os significados manifestos nos dois outros subsistemas. Explicita os recursos dialógicos utilizados para estabelecer as relações interpessoais entre autor e leitor.

	<i>Gradação</i>		
Força		Foco	
Identidade	Quantidade	Reforço	Mitigação
	todos os meynos		
he <u>muito</u> útil			
uqhojesefas <u>indispensa</u>			
.. <u>velmente</u> necessario			
impedir <u>inflexivelmente</u>			
saber <u>exuberantemente</u>			
determinarao <u>mais</u> convenientemente			

**Engajamento:** manifesta a adesão ou não do autor em relação ao dizer do outro. Expõe seu próprio posicionamento, aceitando ou contrapondo-se a posicionamentos de outrem.

Engajamento			
Expansão		Contração	
Entretenimento	Atribuição	Discordância	
		Negação	Contra-argumentação
	Dis assim no primeiro <i>parágrafo</i>		
	prosegue Vossa Excelência na mesma Cartano quarto <i>parágrafo</i>		
	outraparticular que Vossa Excelência medeo		

Tendo em vista que “o poder social é geralmente indireto e age por meio da *mente* das pessoas, por exemplo, controlando necessárias informações de que precisam para planejar ou executar suas ações.” (DIJK, 2012a, p. 42), as relações de poder (intersubjetivas) manifestam-se sempre na interação discursiva. Com isso, os fragmentos textuais elencados na classificação avaliativa podem contribuir para que melhor sejam observadas as características dessa interação, afinal “todo ato linguístico apresenta marcas subjetivas relativas a quem o enuncia, com maior ou menor comprometimento, com maior ou menor exposição de seus traços identitários.” (GONÇALVES SEGUNDO, 2011, p. 153).

Nota-se que o posicionamento atitudinal é sempre delimitado nos padrões do julgamento de estima e sanção social, o que garante a imagem de perspicácia e bom senso do autor. O engajamento permite que, por meio da atribuição da responsabilidade das informações ao próprio Conde de Oeiras, o Morgado de Mateus mantenha-se na posição de isenção e de neutralidade perante as resoluções. Em contrapartida aos padrões de subserviência, a esfera da gradação apresenta os recursos que justificam, mesmo que de forma implícita, a real intenção do autor em prosseguir com a política de descobrimentos.

De acordo com Gonçalves Segundo (2011, p. 153), “negociação” é o termo-chave para a melhor compreensão do que é interpessoal, pois negociar implica a busca do que se intenta com a possibilidade de concessões. Por conseguinte, a intersubjetividade, observada no discurso do ofício através das marcas de avaliatividade, permite entrever a negociação proposta pelo Morgado de Mateus acerca do assunto mais nevrálgico de sua governança.

## 6. Considerações finais

Embora seja um documento de caráter oficial, enviado por Morgado de Mateus, observa-se que a intersubjetividade tangencia o contexto do pessoal. As marcas linguísticas que apresentam a avaliatividade evidenciam a tentativa do autor de calcar suas atitudes nas ordens reais, mantendo, com isso, sua imagem de governador comprometido com seu propósito central (manutenção da colônia sob o domínio português), ao mesmo tempo em que visam a manter o seu objetivo de conquistar novas terras. Além dos recursos avaliativos apresentados, empregaram-se também os recursos discursivos da intertextualidade e da metalinguagem, com a análise do termo “inflexivelmente” no discurso do próprio ofício.

Dessa forma, esse trabalho, oriundo da comunicação individual no VI SINEFIL, intencionou apresentar o ofício setecentista como um fragmento textual, à medida que é um recorte de uma intensa correspondência responsável pelo gerenciamento do sistema administrativo do Brasil colonial. Objetivou-se retratar o uso da linguagem na instância do discurso da documentação oficial coeva, com seus traços peculiares, tais como a ausência de limites entre o público e o privado – característica do governo do período colonial brasileiro – e a interação social geradora e gerada pelo contexto de tais correspondências. Observa-se a seleção de marcas linguísticas voltadas à atitude de julgamento, ao engajamento com a atribuição, de modo a interagir com os discursos antecedentes e, sobretudo, ao recurso da gradação pela força da intensidade, emprego do qual resulta o título desse trabalho. Pode-se concluir, portanto, que o Morgado de Mateus construiu o seu discurso com base na tentativa de revogar as ordens a ele dadas tão “inflexivelmente”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

BENVENISTE, E. A natureza dos pronomes e Da subjetividade na linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral*. Campinas: Pontes. 2005. p. 277-293.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CAMBRAIA, C. N.; CUNHA, A. G. da; MEGALE, H. A *Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Humanitas, 2001.

\_\_\_\_\_. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIJK, T. A. van. *Discurso e poder*. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (org). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Discurso e contexto*. Trad.: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012b.

GONÇALVES SEGUNDO, P. R. *Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana*. 2011. – Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Arnold, 2004.

MARCOTULIO, L. L. *A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez linguística*. 2008. – Dissertação (de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2005.

SPINA, S. *Introdução a edótica*. São Paulo: Edusp, 1977.

MOSCA, L. do L. S. *Subjetividade no editorial: uma análise retórico-argumentativa da adjetivação*. 1991. – Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.